

SUMÁRIO

1. DIREITO DE FAMÍLIA – INTRODUÇÃO	1
1.1 Conceito de direito de família. Estágio atual.....	1
1.2 O novo direito de família. Princípios.....	5
1.2.1 Direito Civil Constitucional e Direito de Família.....	5
1.2.2 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988).....	7
1.2.3 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988)	15
1.2.4 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC).....	17
1.2.5 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	18
1.2.6 Princípio da igualdade na chefia familiar (arts. 1.566, III e IV, 1.631 e 1.634 do CC e art. 226, §§ 5.º e 7.º, da CF).....	22
1.2.7 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)...	22
1.2.8 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	24
1.2.9 Princípio da afetividade.....	27
1.2.10 Princípio da função social da família	32
1.2.11 Princípio da boa-fé objetiva.....	33
1.3 Concepção constitucional de família.....	42
1.4 Resumo esquemático	46
1.5 Questões correlatas	48
Gabarito	49
2. CASAMENTO – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, INVALIDADE E EFEITOS DO CASAMENTO	51
2.1 Conceito e natureza jurídica do casamento. Regras iniciais.....	51

2.2	Da capacidade para o casamento. Diferenças entre incapacidade e impedimentos	56
2.3	Impedimentos matrimoniais no Código Civil de 2002.....	66
2.4	As causas suspensivas do casamento	70
2.5	Do processo de habilitação e da celebração do casamento.....	74
2.5.1	Casamento nos casos de moléstia grave.....	80
2.5.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis, ou in articulo mortis</i>	80
2.5.3	Casamento por procuração.....	82
2.5.4	Casamento religioso com efeitos civis.....	83
2.5.5	Casamento perante autoridade consular.....	85
2.6	Da invalidade do casamento	86
2.6.1	Introdução.....	86
2.6.2	Do casamento inexistente	88
2.6.3	Do casamento nulo	97
2.6.4	Do casamento anulável.....	104
2.6.5	Do casamento putativo.....	119
2.7	Prova do casamento	123
2.8	Efeitos e deveres do casamento	124
2.9	Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva	130
2.10	Resumo esquemático	136
2.11	Questões correlatas	139
	Gabarito	146
3.	CASAMENTO. DIREITO PATRIMONIAL – REGIME DE BENS	147
3.1	Introdução. Conceito e princípios dos regimes de bens. Da ação de alteração do regime de bens.....	147
3.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	162
3.3	Pacto antenupcial. Conceito e regras	187
3.4	Regras especiais quanto ao regime de bens	195
3.4.1	Regime da comunhão parcial.....	195
3.4.2	Regime da comunhão universal.....	210
3.4.3	Regime da participação final nos aquestos	215
3.4.4	Regime da separação de bens	221
3.5	Resumo esquemático	225
3.6	Questões correlatas	226
	Gabarito	237

4. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL. ANÁLISE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010 E COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	239
4.1 Introdução. Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela EC 66/2010. A infeliz reafirmação da separação de direito pelo CPC/2015. Análise crítica	239
4.2 Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	262
4.2.1 O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato. Aprofundamentos necessários....	262
4.2.2 Preservação do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	269
4.2.3 A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto. Regras fundamentais quanto ao divórcio extrajudicial. O divórcio unilateral.....	273
4.2.4 Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal. Do julgamento parcial de mérito nas ações de divórcio (art. 356 do CPC/2015).....	294
4.2.5 A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	304
4.2.6 O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014). A guarda de animais de estimação e a aplicação das mesmas regras previstas para os filhos. Visão crítica	308
4.2.7 Alimentos na dissolução do casamento e a EC 66/2010. O problema dos alimentos pós-divórcio	334
4.2.8 A responsabilidade civil em decorrência da dissolução do casamento.....	336
4.2.8.1 Introdução. Direito de Família e responsabilidade civil. Premissas fundamentais para a compreensão do tema	336
4.2.8.2 A responsabilidade civil nas relações casamentárias. Os danos reparáveis.....	339
4.2.8.3 A possibilidade anterior de discussão da reparação de danos em sede de separação judicial. Impacto com a EC 66/2010 e com o CPC/2015.....	343
4.2.8.4 A reparação dos danos por quebra da fidelidade (antigo adultério).....	345
4.2.8.5 A reparação dos danos por infidelidade virtual.....	352
4.2.8.6 A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela (Lei 11.340/2006).....	361

4.2.8.7	O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária. Os casos dos maridos enganados pela gravidez da mulher	367
4.3	Resumo esquemático	370
4.4	Questões correlatas	371
	Gabarito	375
5.	DA UNIÃO ESTÁVEL	377
5.1	Introdução	377
5.2	Conceito de união estável e seus requisitos	384
5.3	Diferenças entre união estável e concubinato. A questão das uniões estáveis plúrimas ou paralelas. A monogamia como princípio da união estável	399
5.4	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável	421
5.5	União de pessoas do mesmo sexo ou união homoafetiva	448
5.6	Resumo esquemático	463
5.7	Questões correlatas	464
	Gabarito	471
6.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO. DISPOSIÇÕES GERAIS, FILIAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FILHOS, ADOÇÃO E PODER FAMILIAR	473
6.1	Disposições gerais quanto ao parentesco	473
6.2	Filiação. Regras gerais. As antigas presunções de paternidade e as questões de biodireito. O criticável art. 1.601 do Código Civil e a parentalidade socioafetiva. Aprofundamentos quanto à posse de estado de filhos. A multiparentalidade como realidade jurídica da filiação. Primeiros impactos da decisão do STF, prolatada em repercussão geral (STF, RE 898.060/SC, julgada em 21.09.2016)	481
6.3	Reconhecimento de filhos	531
6.3.1	Introdução	531
6.3.2	Reconhecimento voluntário	532
6.3.3	Reconhecimento judicial	537
6.3.3.1	Foro competente para apreciar a ação investigatória	542
6.3.3.2	Legitimidade ativa para a ação investigatória	544
6.3.3.3	Legitimidade passiva para a ação investigatória	546
6.3.3.4	Fundamentos jurídicos do pedido	546
6.3.3.5	Valor da causa e outros efeitos	547
6.3.4	Questões controvertidas quanto à ação investigatória de paternidade	549

6.3.4.1	Os alimentos na ação investigatória	549
6.3.4.2	A discussão da parentalidade socioafetiva na ação investigatória.....	550
6.3.4.3	A relativização da coisa julgada na ação investigatória	553
6.3.4.4	A obrigatoriedade do exame de DNA e a presunção de paternidade	557
6.4	Adoção	561
6.5	Poder familiar	586
6.6	Resumo esquemático	599
6.7	Adendo especial.....	602
6.7.1	Art. 1.601.....	602
6.8	Questões correlatas	612
	Gabarito	621
7.	DOS ALIMENTOS	623
7.1	Conceito de alimentos e pressupostos da obrigação alimentar.....	623
7.2	Características da obrigação alimentar e do direito aos alimentos	635
7.3	Principais classificações dos alimentos	665
7.4	Modalidades contemporâneas de alimentos. Alimentos compensatórios, gravídicos e <i>intuitu familiae</i>	670
7.5	Outras regras previstas no Código Civil de 2002. Revisão e extinção da obrigação de alimentos. Culpa e alimentos	681
7.6	Regras previstas na Lei 5.478/1968. Aspectos materiais e processuais atualizados perante o CPC/2015.....	697
7.7	Resumo esquemático	726
7.8	Questões correlatas	727
	Gabarito	736
8.	DO BEM DE FAMÍLIA.....	737
8.1	Introdução. O bem de família na perspectiva civil-constitucional.....	741
8.2	O bem de família convencional ou voluntário	741
8.3	Bem de família legal.....	745
8.4	Resumo esquemático	768
8.5	Questões correlatas	769
	Gabarito	774
9.	DO DIREITO ASSISTENCIAL – DA TUTELA, DA CURATELA E DA GUARDA. ESTUDO ATUALIZADO PERANTE O CPC/2015 E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	775
9.1	Introdução.....	775

9.2 Da tutela	780
9.3 Da curatela	793
9.4 Da guarda	817
9.5 Resumo esquemático	821
9.6 Questões correlatas	821
Gabarito	825
BIBLIOGRAFIA	827